



ANTÔNIO CARLOS Magalhães (à esquerda) não segue a opinião de Fernando Henrique: o líder do PFL manda um recado ao Governo, alegando que existe uma "consciência quase total do Congresso de que algo tem que ser feito"

Pacote fiscal enfrenta resistências

Governo recusa a proposta de fazer a CPMF substituir o aumento do Imposto de Renda

Maria Lima, Rudolfo Lago
e Cristiane Jungblut

BRASÍLIA

O Governo rejeitou a proposta dos parlamentares de aumento da alíquota da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) como alternativa para substituir o aumento do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) no pacote fiscal. O presidente Fernando Henrique Cardoso pediu ontem aos governistas que amadureçam melhor as alternativas ao aumento do IRPF antes de lançá-las à opinião pública.

Em reunião com os líderes no Senado, Fernando Henrique mostrou-se disposto a continuar negociando, mas explicou que a equipe econômica rejeitou o aumento da alíquota da CPMF por dois motivos: poderia provocar repasses para os preços, tornando-se inflacionária; e, como é vinculada à saúde, seria necessário aprovar outra emenda constitucional para obter a desvinculação.

CPMF está prorrogada até 23 de janeiro de 1999

No meio do tumulto causado pelo pacote, o Governo conseguiu aprovar ontem, com 283 votos a favor, 118 contra e três abstenções, a prorrogação da vigência da CPMF até o dia 23 de janeiro de 1999. Até lá, continuará sendo cobrado 0,20% de toda transação bancária com cheques, depósitos e saques.

Rejeitada a negociação para aumentar a CPMF em troca do IRPF, a alternativa que ganhou mais peso ontem no Congresso foi a alteração do sistema de contribuição da União para os fundos



REUNIÃO DA EXECUTIVA do PFL: dentre as várias propostas, saiu fortalecida a que diminui a contribuição da União aos fundos de pensões

de pensão das estatais. Ao invés de contribuir na proporção de 1,8 por um do funcionário, o repasse cairia para um por um e a diferença relativa ao 0,8 passaria para os cofres da União.

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), encomendou aos técnicos do PFL estudos mais profundos sobre a mudança na paridade dos fundos de pensão. A recusa da equipe econômica em aceitar alternativas levou o senador a desafiar o Governo.

— Ele (o presidente) manda lá, aqui mandamos nós. A equipe econômica manda lá, aqui mandamos nós. O próprio Governo encontrará alternativas na medida em que desejar. Tem 500 alternativas, se eles quiserem. E isso é uma consciência quase total do Congresso de que algo tem que ser feito. O

importante é que a população não tenha mais essa carga tributária, sobretudo a classe média, que já é bastante sofrida — disse Antônio Carlos.

Perguntado se o presidente não conseguiria com sua articulação ganhar o apoio da maioria do Congresso para todas as medidas econômicas, Antônio Carlos respondeu:

— Ele não vai conseguir isso.

Nos bastidores, Fernando Henrique assumirá pessoalmente a coordenação política, com reuniões diárias com os líderes aliados. Mas, para o público externo, o presidente quer passar a mensagem de que o pacote fiscal está fechado. Num dia de muito nervosismo, a avaliação é que o anúncio de mudanças no pacote pelo Congresso teria influenciado a queda das bolsas ontem.

— O pacote está fechado, mas não sou o dono da verdade. Se estiver convencido de que uma proposta seja viável para substituir o aumento do imposto de renda, não vou me negar a discuti-la. Mas vamos amadurecer melhor as propostas. A crise lá fora ainda não está sob controle e não é hora ainda de mexer nas medidas anunciadas — disse Fernando Henrique aos líderes governistas do Senado.

O porta-voz da Presidência, embaixador Sérgio Amaral, confirmou a preferência do Governo pelas mudanças do IRPF, e não pelo aumento da CPMF.

— O Governo não está examinando as medidas do ponto de vista político, mas técnico. Ao que tudo indica, é melhor ficar com o Imposto de Renda das Pessoas Físicas, já que ele atinge um nú-

mero bem menor de contribuintes, que não inclui a população de renda mais baixa — disse Amaral.

Única a apoiar totalmente o pacote, a bancada do PSDB no Senado almoçou com o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e apoiou a decisão de adiar mudanças no pacote. Parente deixou clara sua posição:

— Não estamos negociando nada. O conjunto de medidas é este. É o que achamos necessário. Não distribuímos benesses — disse Parente.

PFL dá força à redução de gastos com os fundos de pensão

A bancada do PFL reuniu-se na casa de Antônio Carlos Magalhães. Várias propostas foram discutidas: pedido de urgência para o projeto do então senador Fernando Henrique Cardoso que taxa grandes fortunas e poderia gerar uma arrecadação de R\$ 500 milhões; cobrar 0,2% de imposto sobre o valor de toda compra feita no exterior com cartão de crédito, e a paridade para os fundos de pensão.

No fim no dia, a proposta que saiu fortalecida foi a que reduz a contribuição da União para os fundos de pensão. Hoje, o repasse do Governo para esses fundos é de R\$ 1,80 para cada R\$ 1 do funcionário, o que dá uma movimentação anual de R\$ 30 bilhões para esses fundos. Pelos cálculos, com a mudança o Governo economizaria cerca de R\$ 9 bilhões por ano. Essa proposta, entretanto, precisa de emenda constitucional, o que leva tempo. ■

• PRESIDENTE FAZ A DEFESA DAS MEDIDAS DO PACOTE na página 28